

Banco Fator S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fator S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator S.A. e sua controlada ("Conglomerado Prudencial"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Fator S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e nas regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas, a qual divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e das regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco Fator S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem ressalvas, datado 27 de março de 2018.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a Resolução nº 4.280/13 do CMN e as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras consolidadas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e sua controladora continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e das regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador
CRC nº 1 SP 241659/O-9

Relatório da Administração

Banco Fator S.A. (Prudencial)

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Fator S.A. (Prudencial), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2017 e de 2016. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, o Banco Fator S.A. declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

A Diretoria

Banco Fator S.A. (Prudencial)
Balanco Patrimonial
(Em reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		210.540.683,36	444.001.367,43
DISPONIBILIDADES	3b e 4	551.019,16	772.533,23
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3b, 3c, 4 e 5	52.514.306,83	175.026.563,56
Aplicações no Mercado Aberto		52.514.306,83	175.026.563,56
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3d, 3e e 6	91.538.049,92	174.464.361,55
Carteira Própria		56.938.139,13	86.060.100,09
Vinculados a Compromissos de Recompra		9.135.471,66	30.228.206,26
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.088.075,00	-
Vinculados à Prestação de Garantias		24.376.364,13	50.824.738,15
Títulos Objeto de Op Compromissadas com Livre Mov.		-	7.351.317,05
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		138.229,76	108.233,04
Depósitos no Banco Central		138.229,76	108.233,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3f e 7	50.956.102,74	67.380.384,48
Setor Privado		57.032.801,45	94.682.453,90
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7c e 7e	(6.076.698,71)	(27.302.069,42)
OUTROS CRÉDITOS	8	14.532.074,95	25.875.508,34
Rendas a Receber		2.058.484,23	11.588.499,10
Negociação e Intermediação de Valores	3g	5.258.212,20	3.291.329,75
Diversos		7.215.378,52	10.995.679,49
OUTROS VALORES E BENS	3h	310.900,00	373.783,23
Despesas Antecipadas		310.900,00	373.783,23
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		316.698.438,77	344.341.120,63
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3d, 3e e 6	231.390.848,86	245.328.657,46
Carteira Própria		210.596.349,91	194.421.717,66
Vinculados a Compromissos de Recompra		492.165,76	6.923.314,11
Vinculados à Prestação de Garantias		20.302.333,19	17.662.320,00
Títulos Objeto de Op Compromissadas com Livre Mov.		-	26.321.305,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3f e 7	31.749.557,13	44.660.153,97
Setor Privado		32.730.666,62	46.844.880,82
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7c e 7e	(981.109,49)	(2.184.726,85)
OUTROS CRÉDITOS	8	48.906.334,17	54.117.582,12
Negociação e Intermediação de Valores	3g	8.655,08	131.744,67
Diversos		52.176.362,25	53.985.837,45
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7e	(3.278.683,16)	-
OUTROS VALORES E BENS	3h	4.651.698,61	234.727,08
Bens não de Uso Próprio - Imóveis		6.317.000,00	-
(Provisões para Desvalorizações)		(1.755.700,00)	-
Despesas Antecipadas		90.398,61	234.727,08
PERMANENTE		200.226.854,83	222.999.308,03
INVESTIMENTOS	3i	190.432.377,76	212.155.497,32
Participações em Coligadas e Controladas - No País	10	190.431.167,04	212.154.286,60
Outros Investimentos		1.210,72	1.210,72
IMOBILIZADO DE USO	3j	3.356.976,84	4.305.841,94
Outras Imobilizações de Uso		16.813.984,08	17.145.676,68
(Depreciações Acumuladas)		(13.457.007,24)	(12.839.834,74)
INTANGÍVEL	3k	6.437.500,23	6.537.968,77
Ativos Intangíveis		11.093.431,37	9.266.382,43
(Amortização Acumulada)		(4.655.931,14)	(2.728.413,66)
TOTAL DO ATIVO		727.465.976,96	1.011.341.796,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A. (Prudencial)
Balanco Patrimonial
(Em reais)

PASSIVO	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		238.892.649,79	519.077.003,91
DEPÓSITOS	3n, 11 e 18a	165.204.816,92	379.060.490,05
Depósitos à Vista		5.748.995,28	7.250.204,96
Depósitos Interfinanceiros		-	15.081.854,73
Depósitos a Prazo		159.455.821,64	356.728.430,36
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3n e 12	9.319.290,30	68.848.535,28
Carteira Própria		9.319.290,30	35.249.716,40
Carteira Livre Movimentação		-	33.598.818,88
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	13	14.237.383,37	36.027.775,92
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		14.237.383,37	36.027.775,92
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3e e 6c	599.520,00	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		599.520,00	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	49.531.639,20	35.140.202,66
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		877,94	5.973,68
Fiscais e Previdenciárias	3o e 9	3.867.216,46	5.109.891,33
Negociação e Intermediação de Valores	3g	35.987.063,72	24.413.307,05
Diversas		9.676.481,08	5.611.030,60
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		209.396.870,93	152.799.492,83
DEPÓSITOS	3n, 11 e 18a	199.835.617,16	144.044.340,64
Depósitos a Prazo		199.835.617,16	144.044.340,64
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	13	65.662,66	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		65.662,66	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	9.495.591,11	8.755.152,19
Diversas		9.495.591,11	8.755.152,19
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		1.666,67	8.569,45
Resultados de Exercícios Futuros		1.666,67	8.569,45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	279.174.789,57	339.456.729,90
Capital - De Domiciliados no País		250.010.660,88	250.010.660,88
Reservas de Lucros		29.917.336,12	90.111.291,73
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(753.207,43)	(665.222,71)
TOTAL DO PASSIVO		727.465.976,96	1.011.341.796,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A. (Prudencial)
Demonstração do Resultado
(Em reais)

	NOTAS	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Crédito	3f	32.713.799,62	83.517.101,62	141.106.579,80
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3d	2.535.148,33	9.089.669,58	9.113.780,46
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3e	29.186.474,07	68.757.645,01	114.454.642,68
		992.177,22	5.669.787,03	17.538.156,66
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Captação no Mercado	3n	(15.522.606,35)	(51.436.930,82)	(104.006.278,26)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3f e 7e	(25.040.937,45)	(63.324.960,35)	(94.179.454,67)
		9.518.331,10	11.888.029,53	(9.826.823,59)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
		17.191.193,27	32.080.170,80	37.100.301,54
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS				
Receitas de Prestação de Serviços	17a	(33.206.022,14)	(60.516.877,02)	(40.293.838,77)
Despesas de Pessoal		15.582.389,73	31.098.450,54	30.567.077,72
Outras Despesas Administrativas	17b	(20.512.658,91)	(46.128.239,16)	(47.818.032,17)
Despesas Tributárias	15d	(21.809.925,73)	(37.228.102,40)	(32.355.526,52)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	(2.142.020,85)	(9.978.028,67)	(5.816.347,02)
Outras Receitas Operacionais	17c	(2.840.087,32)	1.626.880,44	12.388.731,23
Outras Despesas Operacionais	17d	1.515.706,31	3.652.895,66	3.648.227,47
		(2.999.425,37)	(3.560.733,43)	(907.969,48)
RESULTADO OPERACIONAL				
		(16.014.828,87)	(28.436.706,22)	(3.193.537,23)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL				
		1.916,59	(23.738,79)	(248.652,97)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO				
		(16.012.912,28)	(28.460.445,01)	(3.442.190,20)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Provisão para Imposto de Renda	3o e 9	(3.505.223,74)	(8.233.510,60)	4.611.564,68
Provisão para Contribuição Social		-	(208.117,25)	(336.010,57)
Ativo Fiscal Diferido		-	(130.198,14)	(295.090,63)
		(3.505.223,74)	(7.895.195,21)	5.242.665,88
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)				
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R\$		(19.518.136,02)	(36.693.955,61)	1.169.374,48
		(3,78)	(7,11)	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A. (Prudencial)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 16)
(Em reais)

	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	250.010.660,88	18.428.669,39	75.813.247,86	(1.230.715,50)	-	343.021.862,63
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	565.492,79	-	565.492,79
Dividendos	-	-	(5.300.000,00)	-	-	(5.300.000,00)
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.169.374,48	1.169.374,48
Destinação do Resultado:						
Reservas de Lucros	-	58.468,72	1.110.905,76	-	(1.169.374,48)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	250.010.660,88	18.487.138,11	71.624.153,62	(665.222,71)	-	339.456.729,90
Mutações do Período	-	58.468,72	(4.189.094,24)	565.492,79	-	(3.565.132,73)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	250.010.660,88	18.487.138,11	71.624.153,62	(665.222,71)	-	339.456.729,90
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	(87.984,72)	-	(87.984,72)
Dividendos	-	-	(23.500.000,00)	-	-	(23.500.000,00)
Prejuízo	-	-	-	-	(36.693.955,61)	(36.693.955,61)
Destinação do Resultado:						
Reservas de Lucros	-	-	(36.693.955,61)	-	36.693.955,61	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	250.010.660,88	18.487.138,11	11.430.198,01	(753.207,43)	-	279.174.789,57
Mutações do Período	-	-	(60.193.955,61)	(87.984,72)	-	(60.281.940,33)
Saldos em 30 de junho de 2017	250.010.660,88	18.487.138,11	54.448.334,03	(136.701,65)	-	322.809.431,37
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	(616.505,78)	-	(616.505,78)
Dividendos	-	-	(23.500.000,00)	-	-	(23.500.000,00)
Prejuízo	-	-	-	-	(19.518.136,02)	(19.518.136,02)
Destinação do Resultado:						
Reservas de Lucros	-	-	(19.518.136,02)	-	19.518.136,02	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	250.010.660,88	18.487.138,11	11.430.198,01	(753.207,43)	-	279.174.789,57
Mutações do Período	-	-	(43.018.136,02)	(616.505,78)	-	(43.634.641,80)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A. (Prudencial)
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Em reais)

	NOTAS	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) AJUSTADO		(19.542.148,55)	(37.650.624,32)	419.492,48
Lucro Líquido (Prejuízo)		(19.518.136,02)	(36.693.955,61)	1.169.374,48
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo):		(24.012,53)	(956.668,71)	(749.882,00)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7e	(9.518.331,10)	(11.888.029,53)	9.826.823,59
Provisão/Reversão para Passivos Contingentes		1.226.042,37	894.784,76	3.348.263,36
Depreciações e Amortizações		1.922.965,14	3.739.416,95	3.471.858,28
Tributos Diferidos	9a	3.505.223,74	7.895.195,21	(5.242.665,88)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	2.840.087,32	(1.626.880,44)	(12.388.731,23)
Resultado na Alienação de Imobilizado		-	28.844,34	(9.037,61)
Outros		-	-	243.607,49
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS		(211.698.863,32)	(87.414.218,83)	154.908.764,05
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financ. Derivativos		33.063.928,50	96.776.135,51	355.426.404,81
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)		(9.209,44)	(29.996,72)	100.706,26
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		3.318.097,29	44.501.591,27	50.217.729,90
(Aumento) Redução em Outros Créditos		3.908.340,06	180.802,97	39.239.792,33
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens		2.154.357,90	(4.354.088,30)	180.804,95
(Redução) Aumento em Depósitos		(214.972.066,55)	(158.064.396,61)	(86.999.574,41)
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto		(43.858.716,78)	(59.529.244,98)	(109.154.457,82)
(Redução) Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(8.393.638,13)	(21.724.729,89)	(31.320.042,52)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos		136.590,00	599.520,00	(1.477.061,46)
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		12.956.486,96	14.237.090,70	(60.986.332,35)
Varição nos Resultados de Exercícios Futuros		(3.033,13)	(6.902,78)	(319.205,64)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(231.241.011,87)	(125.064.843,15)	155.328.256,53
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	10	22.000.000,00	34.550.000,00	35.100.000,00
Alienação de Investimentos		-	-	173.287,74
Aumento de Capital em Controladas	10	-	(6.000.000,00)	(7.000.000,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(126.686,99)	(419.500,99)	(451.116,00)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	11.020,00	-
Aquisição de Intangível		(682.597,60)	(2.310.446,66)	(3.114.988,35)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		21.190.715,41	25.831.072,35	24.707.183,39
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16b	(23.500.000,00)	(23.500.000,00)	(5.300.000,00)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(23.500.000,00)	(23.500.000,00)	(5.300.000,00)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3b e 4	(233.550.296,46)	(122.733.770,80)	174.735.439,92
Início do Período		286.615.622,45	175.799.096,79	1.063.656,87
Final do Período		53.065.325,99	53.065.325,99	175.799.096,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A. (Prudencial)**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Período de 01/01 a 31/12 de 2017 e de 2016**

(Em reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Fator S.A. (Banco) está organizado sob a forma de banco múltiplo e desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimento.

As operações são conduzidas integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm coparticipação ou intermediação de instituições associadas ao Conglomerado Fator.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que inclui os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no País ou no exterior.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco e da Controlada:

Empresa	Atividade	31/12/2017	31/12/2016
		Participação (%)	
Fator S.A. Corretora de Valores	Instituição Financeira	100,00	100,00

As demonstrações financeiras relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2017 e de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em 22 de março de 2018.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Critérios de Consolidação

No processo de consolidação, os saldos de transações entre as empresas foram eliminados.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pelas empresas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados nas seguintes categorias, conforme a intenção da Administração:

Títulos para Negociação: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários;

Títulos Mantidos até o Vencimento: São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, operações de futuros e operações de "swap" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Operações com Opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados a valor de mercado no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;

Operações de Futuros: O valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

Operações de "Swap": O diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

Instrumentos Financeiros Derivativos não considerados como "hedge": Em conta de receita ou despesa, no resultado.

Instrumentos Financeiros Derivativos considerados como "hedge": São classificados como "hedge" de risco de mercado ou "hedge" de fluxo de caixa.

Os "hedges" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os "hedges" de fluxo de caixa são destinados a compensar à variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

f) Operações de Crédito e Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, conforme demonstrado na Nota 7.

g) Negociação e Intermediação de Valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. As taxas, emolumentos e corretagens são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Outros Valores e Bens

Compostos por, Bens não Destinados a Uso recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado, quando aplicável, através da constituição de provisão; e, Despesas Antecipadas correspondentes às aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Outros investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado de Uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

k) Intangível

É constituído por gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais, amortizados pelo prazo de licença dos softwares.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – "Impairment"

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por "Impairment", quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do CMN.

Exceto os créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar a existência de perda por "impairment".

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos Contingentes: Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos Contingentes: São reconhecidos quando, baseado na opinião de Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos e Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não requerem provisão e divulgação;

Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

n) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

o) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a CSLL pela alíquota de 20%.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa. Os créditos tributários constituídos são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme descrito na Nota 9.

p) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do CMN. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

q) Receitas e Despesas

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	551.019,16	772.533,23
Aplicações no Mercado Aberto	52.514.306,83	175.026.563,56
Total	53.065.325,99	175.799.096,79

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2017		31/12/2016
	Até 90 dias	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	52.514.306,83	52.514.306,83	175.026.563,56
Letras do Tesouro Nacional - LTN	999.767,17	999.767,17	80.013.309,42
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	51.514.539,66	51.514.539,66	95.013.254,14
Total	52.514.306,83	52.514.306,83	175.026.563,56

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da Carteira

	Carteira Própria	Vinculados a Recompra	Vinculados à Prestação de Garantias	Total	
				31/12/2017	31/12/2016
Títulos para Negociação	23.925.073,44	1.025.279,75	6.943.493,18	31.893.846,37	117.317.262,98
Debêntures (b) (e)	11.278.077,55	1.025.279,75	-	12.303.357,30	34.917.739,60
Quotas de Fundos de Investimento (c)	967.788,55	-	-	967.788,55	466.530,57
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	-	-	-	-	3.393.828,11
Ações (c)	9.691.902,26	-	-	9.691.902,26	-
Bônus de Subscrição de Cias Abertas (c)	715.631,20	-	-	715.631,20	748.853,99
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	1.271.673,88	-	6.943.493,18	8.215.167,06	32.293.129,95
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (d) (g)	-	-	-	-	45.497.180,76
Títulos Disponíveis para Venda	162.051.872,63	8.602.357,67	29.465.015,03	200.119.245,33	180.670.588,84
Debêntures (b) (e)	27.240.473,13	-	-	27.240.473,13	83.530.257,35
Quotas de Fundos de Investimento (c)	-	-	14.139.584,18	14.139.584,18	-
Certificados de Depósito Bancário (b) (f) (h) (i)	38.802.327,93	-	-	38.802.327,93	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (b)	9.529.025,21	-	4.408.947,04	13.937.972,25	8.425.413,53
Certificados de Recebíveis Imobiliários (b)	436.583,22	-	-	436.583,22	5.862.457,64
Nota Comercial (b)	-	-	-	-	31.826.624,46
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	47.181.875,31	-	6.962.224,29	54.144.099,60	30.608.482,50
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (d) (g)	38.861.587,83	8.602.357,67	3.954.259,52	51.418.205,02	10.102.029,08
Certificados de Direitos Cred. do Agroneg. (b)	-	-	-	-	10.315.324,28
Títulos Mantidos até o Vencimento	81.557.542,97	-	8.270.189,11	89.827.732,08	121.805.167,19
Certificados de Depósito Bancário (b) (f) (h) (i)	81.557.542,97	-	8.270.189,11	89.827.732,08	121.805.167,19
Instrumentos Financeiros Derivativos (a)	1.088.075,00	-	-	1.088.075,00	-
Total	268.622.564,04	9.627.637,42	44.678.697,32	322.928.898,78	419.793.019,01

(a) Custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e BM&FBOVESPA (em garantia de operações);

(b) Custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP);

(c) Custodiados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e/ou na Instituição administradora do fundo;

(d) Em 30/06/2016 foi efetuada a transferência de NTN-B da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos para Negociação" no montante de R\$ 43.440.159,31, com efeito positivo no resultado de R\$ 775.810,49, a referida posição foi realizada em julho/16;

(e) Em 30/06/2017 foi efetuada a transferência de debêntures da categoria "Títulos Disponíveis para Venda" para categoria "Títulos para Negociação" no montante de R\$ 13.772.006,24, com efeito positivo no resultado de R\$ 461.828,34, a referida posição foi realizada nos meses de julho e agosto/17;

(f) Em 30/06/2017 foi efetuada a transferência de Certificados de Depósito Bancário da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda" no montante de R\$ 15.000.000,00;

(g) Em 30/06/2017 foi efetuada a transferência de Notas do Tesouro Nacional - NTN-B da categoria "Títulos para Negociação" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda" no montante de R\$ 8.610.734,49;

(h) Em 31/12/2017 foi efetuada a transferência de Certificados de Depósito Bancário da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda" no montante de R\$ 28.376.354,24, com efeito da marcação a mercado no PL no montante de R\$ 1.356.281,22;

(i) Em 31/12/2017 o Certificado de Depósito Bancário no valor de R\$ 91.880.315,30 representa 77% do PR da instituição, estando em curso o reenquadramento do limite, informamos ainda que o BACEN está de acordo com as medidas e prazos propostos para a regularização da inconformidade.

b) Classificação da Carteira por Categorias e Prazos

	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	
					31/12/2017	31/12/2016
Títulos para Negociação	11.375.322,01	-	3.249.209,95	17.269.314,41	31.893.846,37	117.317.262,98
Debêntures	-	-	-	12.303.357,30	12.303.357,30	34.917.739,60
Quotas de Fundos de Investimento	967.788,55	-	-	-	967.788,55	466.530,57
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	3.393.828,11
Ações	9.691.902,26	-	-	-	9.691.902,26	-
Bônus de Subscrição de Cias Abertas	715.631,20	-	-	-	715.631,20	748.853,99
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	3.249.209,95	4.965.957,11	8.215.167,06	32.293.129,95
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	-	45.497.180,76
Títulos Disponíveis para Venda	14.139.584,18	44.416.544,37	-	141.563.116,78	200.119.245,33	180.670.588,84
Debêntures	-	-	-	27.240.473,13	27.240.473,13	83.530.257,35
Quotas de Fundos de Investimento	14.139.584,18	-	-	-	14.139.584,18	-
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	38.802.327,93	38.802.327,93	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	13.937.972,25	13.937.972,25	8.425.413,53
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	17.107,56	-	419.475,66	436.583,22	5.862.457,64
Nota Comercial	-	-	-	-	-	31.826.624,46
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	54.144.099,60	54.144.099,60	30.608.482,50
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	44.399.436,81	-	7.018.768,21	51.418.205,02	10.102.029,08
Certificados de Direitos Cred. do Agroneg.	-	-	-	-	-	10.315.324,28
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	89.827.732,08	89.827.732,08	121.805.167,19
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	89.827.732,08	89.827.732,08	121.805.167,19
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.088.075,00	-	-	1.088.075,00	-
Total	25.514.906,19	45.504.619,37	3.249.209,95	248.660.163,27	322.928.898,78	419.793.019,01

O Banco adota metodologia de mensuração desenvolvida internamente, para operações que não possuem cotação, com base em informações e premissas de mercado.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias ou de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A utilização de instrumentos financeiros derivativos consideram a avaliação prévia de vários aspectos com relação aos produtos, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional.

A estratégia de "hedge" é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros.

Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de "hedge" são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o Banco não possui estrutura de "hedge" contábil de risco de mercado ou fluxo de caixa.

Composição da Carteira e Classificação por Categorias e Prazos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	
				31/12/2017	31/12/2016
Contratos de Futuros	9.308.000,00	25.250.675,00	136.042.000,00	170.600.675,00	292.516.050,00
Compromissos de Compra	7.654.000,00	25.250.675,00	98.000.000,00	130.904.675,00	200.129.550,00
Futuro DI	6.000.000,00	25.250.675,00	98.000.000,00	129.250.675,00	198.500.000,00
Futuro Dólar	1.654.000,00	-	-	1.654.000,00	1.629.550,00
Compromissos de Venda	1.654.000,00	-	38.042.000,00	39.696.000,00	92.386.500,00
Futuro DI	-	-	-	-	43.500.000,00
Futuro DDI	1.654.000,00	-	38.042.000,00	39.696.000,00	48.886.500,00
Contratos de Opções	3.547.675.000,00	-	-	3.547.675.000,00	59.500.000,00
Compromissos de Compra	1.811.300.000,00	-	-	1.811.300.000,00	37.000.000,00
Opção Índice	1.736.300.000,00	-	-	1.736.300.000,00	-
Opção Dólar	75.000.000,00	-	-	75.000.000,00	37.000.000,00
Compromissos de Venda	1.736.375.000,00	-	-	1.736.375.000,00	22.500.000,00
Opção Índice	1.735.600.000,00	-	-	1.735.600.000,00	-
Opção Dólar	-	-	-	-	22.500.000,00
Opção Ações	775.000,00	-	-	775.000,00	-
Total	3.556.983.000,00	25.250.675,00	136.042.000,00	3.718.275.675,00	352.016.050,00

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira de Crédito por Tipo de Operação

	31/12/2017		31/12/2016	
	R\$	%	R\$	%
Empréstimos	30.088.960,17	33,52	91.852.397,74	64,90
Cheque Especial e Conta Garantida	19.730.021,43	21,98	4.542.089,84	3,21
Financiamentos à Exportação	39.944.486,47	44,50	45.132.847,14	31,89
Total	89.763.468,07	100,00	141.527.334,72	100,00

b) Operações de Crédito por Setor de Atividade e Prazos

	Vencida		A vencer		Total	
	A partir 15 dias	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e Títulos Descontados						
Setor Privado:	12.993.691,38	14.077.684,62	29.961.425,45	32.730.666,62	89.763.468,07	141.527.334,72
Indústria	-	2.925.529,04	4.320.711,12	32.698.246,31	39.944.486,47	45.132.847,14
Comércio	12.724.703,31	-	-	-	12.724.703,31	12.724.703,31
Outros Serviços	-	4.656.083,34	25.590.862,33	-	30.246.945,67	78.682.329,68
Pessoas Físicas	268.988,07	6.496.072,24	49.852,00	32.420,31	6.847.332,62	4.987.454,59
Total	12.993.691,38	14.077.684,62	29.961.425,45	32.730.666,62	89.763.468,07	141.527.334,72
Curto Prazo					57.032.801,45	94.682.453,90
Longo Prazo					32.730.666,62	46.844.880,82

c) Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível	31/12/2017			31/12/2016		
	Total Operações de Crédito	Créditos Vencidos	Provisão Constituída	Total Operações de Crédito	Créditos Vencidos	Provisão Constituída
A	103.299,28	-	516,45	191.288,04	-	956,41
B	21.560.577,99	-	215.605,74	20.646.567,18	-	206.465,66
C	55.105.899,42	-	2.755.286,94	68.136.371,64	-	2.946.748,06
D	-	-	-	434,26	434,26	43,42
E	12.724.703,31	12.724.703,31	3.817.411,00	30.278.587,15	12.724.703,31	9.083.576,14
F	-	-	-	456,55	456,55	228,27
G	-	-	-	21.983.357,80	15.701.557,50	16.958.506,21
H	268.988,07	268.988,07	268.988,07	290.272,10	290.272,10	290.272,10
Total	89.763.468,07	12.993.691,38	7.057.808,20	141.527.334,72	28.717.423,72	29.486.796,27

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, levando-se em consideração o risco das operações, amparada por informações internas e externas.

d) Operações de Crédito por Concentração de Risco

	31/12/2017		31/12/2016	
	R\$	%	R\$	%
10 Maiores Clientes	89.745.787,40	99,98	140.001.735,06	98,92
Demais Clientes	17.680,67	0,02	1.525.599,66	1,08
Total	89.763.468,07	100,00	141.527.334,72	100,00

e) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Nos períodos findos em 31/12/2017 e 31/12/2016, a provisão apresentou as seguintes movimentações:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	29.486.796,27	19.659.972,68
Provisão	3.524.856,93	13.188.194,61
Reversão de Provisão (a)	(15.412.886,46)	(3.361.371,02)
"Write-Off"	(7.262.275,38)	-
Saldo Final	10.336.491,36	29.486.796,27

(a) Em 30/11/2017, foram alienadas Operações de Crédito no montante de R\$ 17.425.821,47, ocasionando uma Reversão de Provisão para Operações de Crédito no valor de R\$ 9.663.425,36.

NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber	2.058.484,23	11.588.499,10
Comissão por Coobrigação a Receber	20.555,56	-
Dividendos e Bonificações a Receber (Nota 10)	-	5.200.000,00
Outras Rendas a Receber	2.037.928,67	6.388.499,10
Negociação e Intermediação de Valores	5.266.867,28	3.423.074,42
Bolsas - Depósitos em Garantia	50,00	-
Caixas de Registro e Liquidação	1.619.329,89	863.474,52
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	3.555.714,17	421.739,40
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	83.118,14	1.385.831,38
Operações de Intermediação de Swap	8.655,08	752.029,12
Diversos	59.391.740,77	64.981.516,94
Adiantamentos e Antecipações Salariais	61.170,25	175.938,84
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições (Nota 9b)	27.521.060,84	35.416.256,05
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	17.134.549,38	20.253.005,44
Impostos e Contribuições a Compensar	5.586.733,28	6.292.863,26
Títulos e Créditos a Receber	6.557.366,32	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 18a)	1.321.125,45	2.239.716,94
Devedores Diversos - País	1.209.735,25	603.736,41
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3.278.683,16)	-
Total	63.438.409,12	79.993.090,46
Curto Prazo	14.532.074,95	25.875.508,34
Longo Prazo	48.906.334,17	54.117.582,12

(a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais relativos ao ISS incidente sobre corretagens de operações na BM&F, multas aplicadas pela SRF por não entrega de informações sobre a CPMF no prazo, IRPJ e CSLL sobre diferença IPC90, discussão de prazo prescricional na compensação de PIS e COFINS, as ações dos referidos depósitos estão sendo questionadas judicialmente, na Corretora.

NOTA 9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	IRPJ	CSLL	IRPJ / CSLL
	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes da Tributação Sobre o Lucro	(28.460.445,01)	(28.460.445,01)	(3.442.190,20)
Adições Temporárias	19.593.575,26	19.593.575,26	33.291.694,41
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	6.618.842,25	6.618.842,25	8.500.815,06
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.508.378,82	8.508.378,82	12.144.966,08
Outras Adições Temporárias	4.466.354,19	4.466.354,19	12.645.913,27
Adições Permanentes	20.060.036,43	19.934.796,43	10.040.782,64
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.309.855,05	14.309.855,05	2.711.268,77
Outras Adições Permanentes	5.750.181,38	5.624.941,38	7.329.513,87
Exclusões Temporárias	(37.823.814,22)	(37.823.814,22)	(45.596.005,26)
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	(6.733.056,93)	(6.733.056,93)	(8.915.459,41)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.020.632,69)	(26.020.632,69)	(17.925.101,21)
Outras Exclusões Temporárias	(5.070.124,60)	(5.070.124,60)	(18.755.444,64)
Exclusões Permanentes	(7.144.169,49)	(7.144.169,49)	(8.460.497,87)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(6.586.735,49)	(6.586.735,49)	-
Outras Exclusões Permanentes	(557.434,00)	(557.434,00)	(8.460.497,87)
Base de Cálculo antes da Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(33.774.817,03)	(33.900.057,03)	(14.166.216,28)
(-) Compensação 30% - Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	(632.337,08)
Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	(33.774.817,03)	(33.900.057,03)	(14.798.553,36)
Provisão Corrente para IRPJ e CSLL	-	-	(631.101,21)
IRPJ e CSLL de Períodos Anteriores - PRT	(208.117,25)	(130.198,14)	-
Constituição (Reversão) de Créditos Tributários	(4.385.526,23)	(3.509.668,98)	5.242.665,88
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.593.643,48)	(3.639.867,12)	4.611.564,67

b) Demonstração dos Créditos Tributários

De 01/01 a 31/12/2017, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	31/12/2016	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2017
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	22.156.820,33			22.156.820,33
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.259.435,72	2.656.153,30	(10.551.348,51)	5.364.240,51
Total	35.416.256,05	2.656.153,30	(10.551.348,51)	27.521.060,84

Em 31/12/2017, existiam créditos tributários não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 25.211.176,85 (R\$ 38.072.706,33 em 31/12/2016) para o Consolidado Prudencial. Os benefícios do IRPJ e CSLL serão reconhecidos quando efetivamente as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores.

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Período	IRPJ / CSLL
2018	116.315,39
2019	46.356,16
2020	3.564.289,17
2021	1.969.599,15
2022	2.653.131,46
2023 a 2027	19.171.369,51
	27.521.060,84

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias. O valor presente dos créditos tributários em 31/12/2017 é de R\$ 14.670.836,90 utilizando-se a curva futura de juros, obtida na BM&FBOVESPA, como fator de desconto.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL em montante que justifique a realização de tais valores.

NOTA 10 - PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

	FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	Fator Seguradora S.A.	Total
Patrimônio Líquido			
31/12/2017	2.692.091,08	187.739.345,17	190.431.436,25
31/12/2016	9.126.493,79	203.028.705,46	212.155.199,25
Lucro Líquido (Prejuízo)			
01/01 a 31/12/2017	(12.434.402,71)	14.060.639,71	1.626.237,00
01/01 a 31/12/2016	(9.599.814,21)	21.988.285,46	12.388.471,25
Participação Acionária (%)	99,99%	100,00%	
Valor Patrimonial do Investimento			
31/12/2017	2.691.821,87	187.739.345,17	190.431.167,04
31/12/2016	9.125.581,14	203.028.705,46	212.154.286,60
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas			
01/01 a 31/12/2017	(12.433.759,27)	14.060.639,71	1.626.880,44
01/01 a 31/12/2016	(9.599.554,23)	21.988.285,46	12.388.731,23

Em 03/05/2017, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 6.000.000,00 (R\$ 7.000.000,00 em 20/12/2016) na controlada FAR – Fator Administração de Recursos Ltda..

Em 2017, foi recebido Dividendos referente à 2016 no valor de R\$ 5.200.000,00 e deliberado e recebido Dividendos no valor de R\$ 20.000.000,00 (R\$ 20.000.000,00 em 2016), da controlada Fator Seguradora S.A..

Em 2017, foi deliberado e recebido Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 9.350.000,00 (R\$ 15.100.000,00 em 2016), da controlada Fator Seguradora S.A..

NOTA 11 - DEPÓSITOS

	31/12/2017					Total	31/12/2016
	Sem Vencimento	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Depósitos à Vista	5.748.995,28	-	-	-	-	5.748.995,28	7.250.204,96
Ligadas	62.780,93	-	-	-	-	62.780,93	373.483,42
Não Ligadas	5.686.214,35	-	-	-	-	5.686.214,35	6.876.721,54
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	15.081.854,73
Não Ligadas	-	-	-	-	-	-	15.081.854,73
Depósitos a Prazo	-	14.725.288,23	81.088.479,98	63.642.053,43	199.835.617,16	359.291.438,80	500.772.771,00
Ligadas	-	-	68.167,86	201.913,64	4.716.604,62	4.986.686,12	991.543,14
Não Ligadas	-	14.725.288,23	45.180.679,23	45.436.814,92	195.119.012,54	300.461.794,92	301.165.023,02
Com Garantia Especial do FGC	-	-	35.839.632,89	18.003.324,87	-	53.842.957,76	198.616.204,84
Total	5.748.995,28	14.725.288,23	81.088.479,98	63.642.053,43	199.835.617,16	365.040.434,08	523.104.830,69

NOTA 12 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31/12/2017		31/12/2016
	1 a 30 dias	Total	Total
Carteira Própria	9.319.290,30	9.319.290,30	35.249.716,40
Debentures	736.234,32	736.234,32	2.076.034,90
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.852.931,71
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	8.583.055,98	8.583.055,98	30.320.749,79
Carteira Livre Movimentação	-	-	33.598.818,88
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	300.182,19
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	26.289.530,42
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	7.009.106,27
Total	9.319.290,30	9.319.290,30	68.848.535,28

NOTA 13 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	31/12/2017					31/12/2016
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Letras de Crédito Agrícola	-	2.691.736,34	1.304.872,76	65.662,66	4.062.271,76	4.877.917,69
Não Ligadas	-	2.691.736,34	1.304.872,76	65.662,66	4.062.271,76	4.877.917,69
Letras de Crédito Imobiliário	6.160.687,33	4.080.086,94	-	-	10.240.774,27	31.149.858,23
Não Ligadas	6.160.687,33	4.080.086,94	-	-	10.240.774,27	31.149.858,23
Total	6.160.687,33	6.771.823,28	1.304.872,76	65.662,66	14.303.046,03	36.027.775,92

NOTA 14 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	877,94	5.973,68
IOF a Recolher	877,94	5.973,68
Fiscais e Previdenciárias	3.867.216,46	5.109.891,33
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	631.101,20
Impostos e Contribuições a Recolher	3.867.216,46	4.478.790,13
Negociação e Intermediação de Valores	35.987.063,72	24.413.307,05
Caixas de Registro e Liquidação	281.318,42	306.533,13
Comissões e Corretagens a Pagar	23.234,72	96.485,43
Credores - Conta Liquidações Pendentes	35.631.581,09	23.988.113,81
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	50.929,49	22.174,68
Diversas	19.172.072,19	14.366.182,79
Cheques Administrativos	1.633,27	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	3.404.399,91	3.072.564,59
Provisão para Contingências (Nota 15b)	9.494.581,46	8.755.152,19
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 20)	10.000,00	157.500,00
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 18a)	1.092.802,19	12.491,80
Credores Diversos - País	5.168.655,36	2.368.474,21
Total	59.027.230,31	43.895.354,85
Curto Prazo	49.531.639,20	35.140.202,66
Longo Prazo	9.495.591,11	8.755.152,19

NOTA 15 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o Banco e a Corretora não possuíam ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Prováveis e Obrigações Legais

As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por:

Ações Cíveis: Referem-se a ações de caráter indenizatório;

Ações Trabalhistas: São provisionadas levando-se em consideração o histórico de perdas com esses processos.

Composição e Movimentação das Provisões Consolidadas

	31/12/2017			31/12/2016
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldo Inicial	1.230.048,19	7.525.104,00	8.755.152,19	5.788.840,78
Constituição	214.217,18	3.450.345,30	3.664.562,48	4.230.301,36
Reversão/Liquidação de Provisões	(259.967,27)	(2.665.165,94)	(2.925.133,21)	(1.263.989,95)
Saldo Final	1.184.298,10	8.310.283,36	9.494.581,46	8.755.152,19

c) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis

Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e estão representados abaixo:

	31/12/2017			31/12/2016
	Banco	Corretora	Total	Total
Fiscais (a)	2.959.580,40	6.349.591,54	9.309.171,94	46.281.403,01
Cíveis	21.133,59	6.469.415,17	6.490.548,76	6.508.164,02
Trabalhistas	6.174.061,31	10.650.094,32	16.824.155,63	16.914.395,86
Total	9.154.775,30	23.469.101,03	32.623.876,33	69.703.962,89

(a) A Corretora discute administrativamente a incidência de: PIS e COFINS, no processo de IPO da CETIP; multas aplicadas pela SRF por não entrega de informações sobre a CPMF no prazo; ISS sobre corretagens e outras contingências. O valor em risco em 31/12/2017 é de R\$ 6.349.591,54 (R\$ 42.337.294,18 em 31/12/2016) (Nota 15d). Em 12/12/2016 foi publicada decisão monocrática na qual o Ministro Relator não conheceu do Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional no processo de PIS e COFINS relativo a dedução das despesas incorridas com seus agentes na intermediação de operações financeira no valor atualizado de R\$ 15.002.350,60.

d) Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

Em 31/05/2017, a Administração da Corretora, optou por incluir no Programa de Regularização Tributária (PRT), regulamentado pela IN RFB nº 1.687/17, os débitos que tratavam da incidência de PIS e COFINS sobre a venda de bens do Ativo Permanente no processo de Desmutualização das Bolsas de Valores, optando pelo pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada no total de R\$ 4.652.587,98, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL no valor de R\$ 18.610.351,94. .

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 5.161.402 ações, divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b) Distribuição de Dividendos

O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor.

Em AGE de 11/09/2017 e AGE de 30/11/2017, foram deliberadas distribuição de dividendos no montante de R\$ 1.500.000,00 e R\$ 22.000.000,00, respectivamente.

Em AGE de 24/02/2016 e AGE de 15/04/2016, foram deliberadas distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.000.000,00 e R\$ 2.300.000,00, respectivamente.

NOTA 17 - DETALHAMENTO DE CONTAS DO RESULTADO

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2017	31/12/2016
a) Receitas de Prestação de Serviços	31.098.450,54	30.567.077,72
Rendas de Assessoria Técnica	12.166.842,25	9.720.414,34
Rendas de Administração de Fundos de Investimento	7.809.879,24	7.255.505,68
Rendas de Corretagens de Operações em Bolsas	4.690.615,03	7.594.711,21
Rendas de Comissão de Colocação de Títulos	3.077.527,79	2.812.465,79
Rendas de Serviços de Custódia	1.545.352,93	1.883.978,50
Rendas de Garantias Prestadas	55.709,34	819.156,82
Rendas de Outros Serviços	1.752.523,96	480.845,38
b) Outras Despesas Administrativas	37.228.102,40	32.355.526,52
Serviços Técnicos Especializados	11.402.427,18	4.695.975,17
Serviços do Sistema Financeiro	7.160.587,07	10.385.588,94
Processamento de Dados	6.136.576,69	4.270.764,40
Depreciação e Amortização	3.739.416,95	2.835.821,93
Aluguéis	3.131.416,71	2.968.264,87
Comunicações	1.245.252,36	1.964.052,92
Condomínio	922.012,57	806.286,04
Viagens	618.913,78	289.589,68
Serviços de Terceiros	469.214,34	559.156,57
Associações/Entidades de Classe	378.343,77	580.086,41
Manutenção e Conservação de Bens	376.033,14	610.684,47
Água, Energia e Gás	340.708,41	444.522,32
Promoções e Relações Públicas	331.364,33	418.653,18
Publicações	318.044,04	401.302,04
Transportes	232.784,72	246.619,98
Outras Despesas Administrativas	425.006,34	878.157,60
c) Outras Receitas Operacionais	3.652.895,66	3.648.227,47
Variações Monetárias Ativas / Cambiais	1.622.807,96	1.123.224,91
Atualização de Depósitos Judiciais	1.055.160,97	1.145.976,25
Recuperação de Encargos e Despesas	178.942,69	801.440,72
Outras	795.984,04	577.585,59
d) Outras Despesas Operacionais	3.560.733,43	907.969,48
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	1.755.700,00	-
Variações Monetárias Passivas / Cambiais	398.282,20	217.208,83
Contingências / Garantias Financeiras Prestadas	224.426,27	318.680,20
Outras	1.182.324,96	372.080,45

NOTA 18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Empresas Controladas e Ligadas

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas basicamente por:

Operações / Partes Relacionadas	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Rendas a Receber	-	-	5.200.000,00	-
Fator Seguradora S.A.	-	-	5.200.000,00	-
Depósitos à Vista	(62.780,93)	-	(373.483,42)	-
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(34.963,14)	-	(242.247,30)	-
Ligadas - Não Financeiras	(27.817,79)	-	(131.236,12)	-
Depósitos a Prazo	(4.986.686,12)	(213.523,44)	(991.543,14)	(277.935,40)
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(1.472.983,39)	(159.857,78)	(501.769,37)	(51.317,91)
Ligadas - Não Financeiras	(3.513.702,73)	(53.665,66)	(489.773,77)	(226.617,49)
Valores a Receber (Pagar) de Sociedades Ligadas	228.323,26	14.907.045,55	2.227.225,14	14.078.133,78
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	2.263,62	10.858.590,09	1.667.934,85	9.123.812,44
Fator Seguradora S.A.	183.457,37	2.278.118,93	280.760,37	3.335.901,09
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	42.602,27	1.770.336,53	278.529,92	1.618.420,25

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período foram de R\$ 3.036.202,03 (R\$ 9.656.212,51 em 31/12/2016), são considerados benefícios de curto prazo.

NOTA 19 - RECURSOS DE TERCEIROS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO

Os recursos de terceiros sob administração/gestão totalizam R\$ 4.414.966.305,02 (R\$ 4.247.383.547,31 em 31/12/2016).

NOTA 20 - BENEFICIÁRIOS DE GARANTIAS PRESTADOS

	Banco/Consolidado		Banco/Consolidado	
	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor da Operação	Valor da Provisão	Valor da Operação	Valor da Provisão
Tipo de Garantia:				
Fiança Pessoas Físicas	-	-	5.500.000,00	152.500,00
Fiança Pessoas Jurídicas	1.000.000,00	10.000,00	1.000.000,00	5.000,00
Total	1.000.000,00	10.000,00	6.500.000,00	157.500,00

NOTA 21 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O Fator estabeleceu políticas e procedimentos e implantou modelos e sistemas de gestão de riscos e de capital capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando uma visão dos riscos incorridos ao Conselho de Administração, a Presidência e a Diretoria Executiva, que estão cientes de suas responsabilidades sobre as informações aqui divulgadas e com relação à estrutura de gerenciamento de riscos e de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital está disponibilizada no site do Banco: (http://www.fator.com.br/bem_vindo/quem_somos/risco_compliance/gestao_riscos.html).

a) Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito.

O modelo utilizado pelo Banco esta aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.721/09 do CMN e alterações posteriores.

b) Risco de Mercado

O monitoramento diário do risco de mercado do Banco é efetuado com utilização de duas medidas estatísticas, a saber:

1) Valor a Risco (VaR) paramétrico com intervalo de confiança de 99% e horizonte de tempo de 01 dia, modelo estatístico que utiliza a análise dos dados históricos normalizando a distribuição dos retornos de forma a estimar a perda financeira possível em um dia de mercado para 99% dos casos.

2) Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Os cenários de estresse utilizados para apuração dos choques são estimados com base naqueles divulgados diariamente pela B3. Esta abordagem tem por objetivo preservar o patrimônio do Banco em situações de mercado consideradas atípicas.

O modelo utilizado pelo Banco esta aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.464/07 do CMN e alterações posteriores.

c) Risco de Liquidez

O monitoramento do risco de liquidez visa mitigar a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O processo de gestão deste risco é efetuado diariamente através do monitoramento do limite de caixa mínimo e do fluxo de caixa projetado através de relatório específico, onde são avaliados os ativos e passivos do Banco para os próximos 252 dias úteis, levando-se em conta 5 cenários de liquidez com premissas diferentes.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12 do CMN e alterações posteriores.

d) Risco Operacional

A gestão do risco operacional visa mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, sanções e, ou indenizações por danos decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo para o gerenciamento do risco operacional pelo enfoque quantitativo consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna com suas respectivas causas e planos de ação. Permite a análise das perdas incorridas pelo enfoque qualitativo, possibilitando avaliar os riscos e a efetividade dos controles internos, visando à redução de perdas e à melhoria operacional do negócio.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.380/06 do CMN e alterações posteriores.

e) Gestão de Capital

A gestão de capital tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

A política de gestão de capital bem como o plano de capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.988/11 do CMN e alterações posteriores.

NOTA 22 - LIMITES OPERACIONAIS

O índice de Basileia, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.193/13 do CMN e alterações posteriores, está representado conforme abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Risco de Crédito (RWAcpad)	32.250.761,54	58.366.649,77
Risco de Moedas (RWAcam)	3.906.159,04	1.261.476,78
Risco de Taxa de Juros (RWApjur)	7.556.929,77	8.156.712,66
Risco de Ações (RWAacs)	1.702.320,33	222.712,02
Risco Operacional (RWAopad)	6.082.172,09	6.470.076,50
Risco de Mercadorias (RWAcom)	174.634,97	83.882,24
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	51.672.977,74	74.561.509,97
Patrimônio Líquido	279.174.789,57	339.456.729,90
Ajustes Prudenciais	(161.086.815,06)	(125.400.120,99)
Patrimônio de Referência - PR	118.087.974,51	214.056.608,91
Índice de Basileia	21,14%	28,35%
Rban	16.237.719,35	30.078.815,47

A DIRETORIA

CARLOS AUGUSTO SENNA DE ALMEIDA - CRC 1R.J - 079955/O-6 "S" - SP